

# Orçamento apertado pode travar investimento em 2024

Pelo Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional, despesas obrigatórias abarcam 95%

DE BRASÍLIA

O presidente eleito em outubro só terá o primeiro ano de mandato para dar reajuste a servidores públicos e aumentar despesas obrigatórias do Orçamento, se mantidas em vigor as regras do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à inflação.

Conforme os parâmetros do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023, encaminhado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro ao Congresso, as despesas com salários e gastos com Previdência (obrigatórias) vão atingir 95% dos gastos totais do Poder Executivo em 2024.

Esse patamar comprime ainda mais o espaço para custeio da máquina pública, que inclui pagamento da conta de luz dos órgãos públicos, bolsas de iniciação científica, fiscalização ambiental, entre outros gastos, e investimentos.

#### SEM AMPLIAR A MÁQUINA

A regra do teto de gastos estabelece que, quando os gastos obrigatórios atingirem esse nível de 95%, o Executivo não poderá criar cargos, dar reajuste salarial, aprovar uma nova despesa obrigatória nem ampliar os benefícios fiscais a



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO/ARQUIVO

Próximo ocupante do Planalto terá um problema fiscal a resolver

## LUTA POR REAJUSTE

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) deve recorrer ao presidente da Suprema Corte, Luiz Fux, em busca de um projeto que garanta aumento aos magistrados neste ano, caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) de fato cumpra a promessa de reajuste de 5% para servidores civis e militares a partir de julho. Segundo o presidente da Ajufe, Eduardo Fernandes, caso a categoria considerasse o critério que determina a recomposição pela inflação a cada ano, a defasagem dos salários dos juizes estaria atualmente na casa dos 49%, com base em estimativas desde 2006.

setores da economia.

Na prática, a maior parte do Orçamento ficaria congelada, sem possibilidade de aumento, em função dos gatilhos de contenção de gastos da norma fiscal.

Atualmente, as despesas obrigatórias somam R\$ 1,954 trilhão do Orçamento primário, que desconsi-

dera a despesa com juros, representando 93% do gasto total do Governo.

As projeções do Executivo indicam que esses gastos, que incluem aposentadorias, folha salarial, benefícios sociais e toda despesa prevista em lei, vão somar R\$ 1,759 trilhão em 2023 (94%) e atingir R\$ 1,851

## MANOBRAS

Especialistas alertam: antes de o gasto obrigatório chegar a 95%, o governo pode ficar sem espaço para despesas básicas da administração pública necessárias para o funcionamento da máquina e furar o teto - ou mexer no limite mais uma vez. Uma das possibilidades no radar é aproveitar a PEC que estabelece um piso para agentes comunitários de saúde, com custo de até R\$ 4 bilhões por ano, e flexibilizar o teto novamente.

trilhão em 2024 (95%), quando os gatilhos seriam acionados.

No PLDO, o governo colocou uma reserva de R\$ 11,77 bilhões para reajustes já no ano que vem, abrindo caminho para um aumento no primeiro ano do próximo mandato.

Pela Constituição, os gatilhos só serão acionados se o índice de 95% for verificado na aprovação do Orçamento pelo Congresso, e não na execução em si, o que abre margem para os parlamentares cortarem despesas obrigatórias, ampliarem gastos de emendas e escaparem do ajuste, como ocorreu nos últimos anos. (Estadão Conteúdo)